actual mês, que os encargos da gratificação a conceder por trabalhos extraordinários, a realizar desde o actual mês até Junho próximo aos empregados das Repartições do Comércio, do Trabalho Industrial e do Ensino Industrial e Commercial, na importância total de 294.000 réis, poderá ser abonada pelas disponibilidades da verba do capítulo 1.º, artigo 4.º, da tabela da distribuição da despesa deste Ministério para o actual ano económico, se assim for superiormente autorizado, nos precisos termos do artigo 52.º da carta de lei de 9 de Setembro de 1908.

Quanto à remuneração proposta para os dois serventes da Repartição da Propriedade Industrial, entende esta Repartição que não pode ser autorizada pela forma indicada, pois que os trabalhos extraordinários executados pelo pessoal menor desta Secretaria são pagos em harmonia com as horas de serviço além do normal, prestado em cada dia, e pela respectiva verba dos acima citados capítulo e artigo.

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, em 15 de Março de 1912.—Pelo Chefe da Repartição, *António Ortigão Peres*.

Proposta do chefe da 1.ª Repartição, Comércio:

Ex.º Sr.—Logo após a implantação das novas Instituições cresceram extraordinariamente os serviços públicos, como era natural, e a Repartição do Comércio sentiu, talvez mais do que qualquer outra, pela natureza dos serviços que lhe incumbem, um excesso de trabalho que só com esforço do reduzido pessoal que a compõe tem sido possível executar cabalmente e sem grande atraso.

As classes que do esforço do próprio braço tiram a sua subsistência, no anseio de melhorar a sua situação, procuraram imediatamente formar associações para o estudo, promoção e defesa dos seus interesses, e submeteram à aprovação do Governo os estatutos dessas associações.

As associações de socorros mútuos participaram da natural reacção política e económica que produz uma mudança de Instituições, e naturalmente os serviços officiais que respeitam a essas Instituições, cresceram.

Outro tanto sucedeu aos restantes serviços da Repartição: uns por si próprios, outros por serem uma consequência natural do desenvolvimento daqueles. Ao mesmo tempo que os serviços ordinários da Repartição cresceram, trabalhos extraordinários tem havido necessidade de executar. Para cabal desempenho de todos estes serviços, e na suposição da sua diminuição, trabalhou o pessoal da Repartição fora das horas do expediente ordinário. Não tem diminuído o serviço da Repartição, como se esperava; diminuiu, porém, o seu pessoal pelo regresso aos serviços externos de dois empregados que desempenhavam o serviço de amanuenses, tornando-se bastante sensível a falta dum deles muito expedito nos trabalhos de escrita a máquina.

Tornando-se, pois, necessário que para o cabal desempenho dos serviços desta Repartição se trabalhe além das horas do expediente ordinário, tenho a honra de propor a V. Ex.ª que aos chefes de secção, Frederico Augusto Elbling e Francisco Maria Guerreiro, sejam abonadas quinze tarefas por mês a cada um, à razão de 1.500 réis cada uma, que ao amanuense Joaquim de Pina Freire da Fonseca Ferraz Correia sejam abonadas quinze tarefas por mês, à razão de 600 réis cada uma, durante o actual ano económico, a contar do mês de Janeiro inclusivo.

Repartição do Comércio, em 30 de Janeiro de 1912.—O Chefe da Repartição, *Gaspar Cândido da Graça Correia Fino*.

Proposta do chefe interino da 2.ª Repartição, Trabalho Industrial:

Ex.º Sr.—Tendo a Repartição do Trabalho Industrial muita correspondência para o estrangeiro e outras entidades officiais, está encarregado de escrever à máquina o amanuense Alvaro César Morais Correia de Lacerda, que desempenha cabalmente este serviço, acumulando com outro expediente e ajudando ainda os trabalhos estatísticos, entende, portanto, ser justo que se premeie o zelo deste empregado com uma remuneração mensal de 9.000 réis, a exemplo do que sucede na Repartição da Propriedade Industrial, em que o empregado que escreve à máquina também tem remuneração.

Esta remuneração pode ser paga pelas disponibilidades da verba do capítulo 1.º, artigo 4.º, da tabela de distribuição de despesas actualmente em vigor.

V. Ex.ª, porém, resolverá o que tiver por mais conveniente.

Repartição do Trabalho Industrial, em 15 de Fevereiro de 1912.—O Engenheiro Chefe, interino, da Repartição, *Simão de Martel*.

Proposta do chefe interino da 3.ª Repartição, Propriedade Industrial.

A abundância de serviço desta Repartição, e a sua natureza especial, obrigam todo o pessoal a colaborar para o seu bom desempenho, a fim de que se conserve em dia, salvaguardando os interesses do público, com o qual a Repartição está em contacto.

Os serviços de impressão das marcas nos títulos do registo, da lavagem e arquivo dos clichés, de colocação dos selos privativos da Repartição dos diplomas da Propriedade Industrial, a expedição do Boletim da Propriedade Industrial e a guarda do edificio da Repartição, onde existem valiosos documentos, justificativos dos direitos, tanto de nacionais como de estrangeiros, está a

cargo especialmente de dois serventes, António Augusto e Manuel de Brito, que zelosamente o executam.

Por isso, visto tratar-se de serviços especiais que exceedem as atribuições do seu cargo, tenho a honra de propor a V. Ex.ª que, em harmonia com o disposto no § 2.º do artigo 52.º da carta de lei de 9 de Setembro de 1908, seja mandada abonar mensalmente a cada um dos referidos serventes a remuneração de 10.000 réis até o fim do ano económico corrente, a pagar pelo capítulo 4.º, artigo 68.º da tabela de distribuição de despesas deste Ministério para o ano económico de 1911-1912.

V. Ex.ª, porém, resolverá como melhor entender.

Repartição da Propriedade Industrial, em 29 de Fevereiro de 1912.—O Engenheiro Chefe da Repartição, interino, *Augusto Vieira da Silva*.

Proposta do chefe da 4.ª Repartição, Ensino Industrial e Commercial.

Sendo urgente ampliar os serviços desta Repartição para acudir a um excesso de trabalho que ocorre nesta época, e desejando corresponder à assiduidade e zelo com que alguns empregados desta Repartição costumam desempenhar os seus respectivos cargos, sou impellido a formular esta proposta: que sejam autorizados trabalhos extraordinários desde o mês de Março a Junho do corrente ano económico, abonando-se mensalmente as quantias abaixo indicadas aos funcionários seguintes:

Luís António Zacarias Cândido de Carvalho, segundo-official chefe de secção	12.500
Dionísio Ernesto da Silva Freire, amanuense	7.500
Joaquim de Albuquerque Martins, escriptorário de 1.ª classe	7.500
José Maria de Oliveira Pessoa, escrevente de obras públicas	7.500
Soma—Réis	34.500

Importa a presente proposta durante os referidos quatro meses em 138.500 réis, que poderão ser pagos pelo capítulo 1.º, artigo 4.º, da tabela de distribuição de despesas do corrente ano económico.

Ei esta a minha opinião; V. Ex.ª, porém, resolverá como julgar de justiça.

4.ª Repartição, Ensino Industrial e Commercial, em 14 de Fevereiro de 1912.—O Chefe da Repartição, *Joaquim Telo*.

9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Sob proposta do Ministro do Fomento, com fundamento no artigo 8.º da lei de 2 de Março corrente, guardadas as prescrições do artigo 34.º, da lei de 9 de Setembro de 1908 e as do artigo 1.º do decreto n.º 2, de 15 de Dezembro de 1894; e tendo ouvido o Conselho de Ministros: hei por bem decretar que no Ministério das Finanças seja aberto, devidamente registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, a favor do Ministério do Fomento, um crédito especial da quantia de 40.000.000 réis, destinado à satisfação dos encargos resultantes da citada lei de 2 de Março corrente; devendo este crédito ser inscrito na tabela da distribuição da despesa extraordinária do segundo dos mencionados Ministérios para o presente ano económico de 1911-1912, constituindo o capítulo 3.º sob a epigrafe: «Mercado Central de Produtos Agrícolas», e o artigo 4.º com o título: «Despesas com a aquisição de trigos e cevadas necessários à renovação das sementeiras».

O Conselho Superior da Administração Financeira do Estado declarou estar nos termos de ser decretada a abertura deste crédito, visando a respectiva minuta em 18 do corrente.

Paços do Governo da República, em 18 de Março de 1912.—*Manuel de Arriaga—Augusto de Vasconcelos—Silvestre Falcão—António Caetano Macieira Júnior—Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Paes—Alberto Carlos da Silveira—Celestino Germano Paes de Almeida—José Estêvão de Vasconcelos—Joaquim Bastião Cerveira e Sousa de Albuquerque e Castro*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias

2.ª Repartição

Sendo-me presente a consulta do Supremo Tribunal Administrativo acerca do recurso n.º 12:809, em que é recorrente Rogunata Porobo Nachinolcar, de Santa Cruz, do concelho das Ilhas, e recorrido Verediano Valentim Colaço, de Velim, do concelho de Salsete, ambos da Índia Portuguesa, em que foi relator o vogal efectivo, Dr. Abel Pereira de Andrade:

Mostra-se que, em 5 de Julho de 1905, o escrivão da Comunidade de Carambolim, do concelho das Ilhas, expediu, a pedido de Rogunata Porobo Nachinolcar, de Santa Cruz, do concelho das Ilhas, procurador do sacador da Comunidade de Carambolim, no ano de 1903, Dormo Porobo Loundo, de Ribandar, conta corrente contra Verediano Valentim Colaço, de Velim, concelho de Bardes; dessa conta corrente, que foi expedida sem ter sido julgada em processo administrativo a responsabilidade do devedor, resulta que o saldo de 412-09-10 1/2, de que é credor o sacador de 1903 Dormo ou o seu procurador Rogunata, representa a diferença entre a renda das varzeas arrendadas e o produto da venda do arroz produzido pe-

las mesmas varzeas, que foram debulhadas pelo vigia da Comunidade (a fl. 1-5);

Mostra-se que Verediano Valentim Colaço, tendo noticia da expedição da conta corrente, contra ela reclamou perante o administrador das Comunidades do concelho das Ilhas, em 21 de Setembro de 1905, alegando:

— que as suas contas de 1903 estavam saldadas, e por elas não devia qualquer quantia à Comunidade; além das sobras que tinha no cofre da Comunidade, os seus sub-arrendatários deviam ter pago as respectivas rendas acrescidas das contribuições;

— que o vigia não podia proceder à debulha sem prévia intimação do arrendatário (Regulamento de 30 de Outubro de 1886, artigo 139.º), e essa intimação, pelas condições do contrato de arrematação, devia ter sido feita por anúncio publicado no *Boletim Oficial* visto o arrendatário ser domiciliado fora do concelho das Ilhas;

— que não substituíam a intimação, exigida pelo artigo 138.º do Regulamento de 30 de Outubro de 1886, os anúncios genéricos e indeterminados, publicados no *Boletim Oficial*, n.ºs 7 e 9, de 22 e 29 de Janeiro de 1904 (a fl. 7-8);

Mostra-se que o escrivão da Comunidade, em 29 de Setembro de 1905, informou sobre a reclamação de Verediano Colaço:

— que a intimação foi feita na forma habitualmente seguida em semelhantes hipóteses;

— que as quantias que Verediano Colaço alega estarem em cofre foram consideradas na conta corrente;

— que a Comunidade não conhecia os sub-arrendatários de Verediano (a fl. 9-v-11).

Mostra-se que o administrador das Comunidades das Ilhas, por despacho de 29 de Setembro de 1905, indeferiu a reclamação de 21 de Setembro do mesmo ano, considerando que Rogunata Porobo, que não tinha debulhado a varzea, ficou compreendido na notificação, que se fez aos omissos (a fl. 11);

Mostra-se que, expedida a carta precatória para o administrador das Comunidades de Salsete, foi o devedor Verediano Colaço citado em 24 de Janeiro de 1906 (a fl. 21-v, 22) para, em dez dias, pagar o saldo da conta corrente, 412-09-10 1/2, além dos juros de mora, selos e custas, e nesse mesmo dia, o devedor reclamou, perante o administrador das Comunidades das Ilhas, nos termos seguintes:

— que, não tendo conhecimento do despacho que recaiu sobre a sua reclamação de 21 de Setembro de 1905, dele pretende ser intimado para interpor o necessário recurso e, a seguir, usar ou não de embargos de executado;

— que, antes dessa intimação, não podia correr o prazo para a interposição do recurso, nos termos do Código do Processo Civil, artigo 983.º, visto não se ter realizado a hipótese do artigo 200.º e parágrafos do mesmo Código;

— que apresentava a reclamação na administração pelo seu procurador, a fim de ser imediatamente intimado do despacho que recebeu a sua reclamação de 21 de Setembro de 1905;

Mostra-se que, solicitada informação do escrivão das Comunidades, este alegou que, nos termos do artigo 538.º do Código das Comunidades, de 1 de Dezembro de 1904, não foi intimado ao devedor o despacho de 29 de Setembro de 1905, que recaiu sobre a reclamação de 21 de Setembro, porque residia em Salsete e não tinha constituído procurador na cidade de Nova Goa, o que apenas fez, em 24 de Janeiro de 1906, ao apresentar a nova reclamação (Código das Comunidades de 1904, artigo 538.º);

Mostra-se que o administrador das Comunidades das Ilhas indeferiu a reclamação de 24 de Janeiro de 1906, por despacho de 3 de Fevereiro do mesmo ano, a fl. 25-v; e deste despacho do administrador, de 3 de Fevereiro de 1906, foi lavrado termo de recurso, para o Conselho de Província, por Verediano Valentim Colaço, em 13 de Fevereiro, a fl. 27. Ao deduzir a petição do recurso, Verediano Valentim Colaço, recorre a) do despacho do administrador das Comunidades de 3 de Fevereiro de 1906 que não concedeu provimento à reclamação em que pedia a intimação do despacho que tinha recaído sobre a sua reclamação de 21 de Setembro de 1905, e ao recurso deste despacho se refere o termo de recurso; e b) do despacho de 29 de Setembro de 1905 que improveu a sua reclamação contra a expedição da conta corrente, porque nunca foi intimado para fazer a debulha das varzeas no prazo de oito dias, e, sem essa intimação, não podia o vigia fazer a debulha, como era expresso o artigo 138.º do Regulamento de 30 de Outubro de 1886, e ao recurso deste despacho não se refere o termo de recurso (a fl. 38 e seguintes). Em sustentação do recurso do despacho de 3 de Fevereiro de 1906, alega que, não tendo sido intimado do despacho que recaiu sobre a reclamação de 21 de Setembro de 1905, tem direito a essa intimação, e antes dela não pode começar a correr o prazo de 10 dias para a interposição do recurso (Código das Comunidades, de 1904, artigos 350.º, 551.º e 552.º § 1.º), nos termos do Código do Processo Civil, artigo 983.º § 1.º e do Código das Comunidades de 1904, artigo 351.º § 1.º; nem pode aplicar-se a esta hipótese o disposto no Código do Processo Civil, artigo 200.º § 1.º e Código das Comunidades de 1904, artigo 538.º, porque só foi citado em 24 de Janeiro de 1906 e nesse mesmo dia constituiu procurador. Em sustentação do recurso do despacho de 29 de Setembro de 1905, que ainda não lhe tinha sido intimado, alega que não recebeu a intimação exigida pelo artigo 138.º do Regulamento de 1886, que, nos termos do contrato de arrematação, devia ter sido feita por anúncio publicado no *Boletim Oficial*, não podendo considerar-se cumprido o disposto nesse artigo com os anúncios publicados no *Boletim*